



Universidade Federal de São Paulo

Reitor

Nelson Sass

Vice-reitora

Raiane Patrícia Severino Assumpção



Editora Unifesp

Diretora

Cynthia Andersen Sarti

Conselho Editorial

Cynthia Andersen Sarti (presidente)

André Medina Carone

Bruno Feitler

Esther Solano

Francisco Foot Hardman

Gabriel Cohn

José Castilho Marques Neto

Leticia Squeff

Mauo Aquiles La Scalea

Paulo Schor

Valéria Petri



Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo

Diretora Presidente

Maria José da Silva Fernandes

Conselho de Administração

José Leovigildo de Melo Coelho Filho

Flávio Tayra

Superintendente de Publicações

Cynthia Andersen Sarti



O Baile dos Celibatários

Crise da sociedade camponesa no Béarn

PIERRE BOURDIEU

Tradução, apresentação e notas
CAROLINA PULICI



EDITORA
UNIFESP

POST SCRIPTUM

Uma classe objeto

*Pague, paysà! (PAGUE, CAMPONÊS!)*¹

Se existe uma verdade, é que a verdade do mundo social é objeto de lutas: porque o mundo social é, em parte, representação e vontade; porque a representação que os grupos fazem de si mesmos e dos outros grupos contribui em grande medida para fazer o que são os grupos e o que eles fazem. A representação do mundo social não é um dado ou, o que equivale à mesma coisa, um registro, um reflexo, mas o produto de incontáveis ações de *construção* que já estão sempre feitas e sempre a serem refeitas. Ela é registrada em palavras comuns, termos performativos que dão sentido ao mundo social tanto quanto o registram, palavras de ordem que contribuem para produzir a ordem social, informando o pensamento desse mundo e produzindo os grupos que designam e mobilizam. Em suma, a construção social da realidade se realiza nos e pelos inúmeros atos de construção antagonistas que os agentes operam, a cada momento, em suas lutas individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, para impor a representação do mundo social mais conforme a seus interesses: lutas, claro, muito desiguais, uma vez que os agentes possuem um domínio muito variável dos instrumentos de produção da representação do mundo social (e, mais ainda, dos instrumentos de

1. Expressão bearnesa que é utilizada, em contextos muito diferentes, para dizer simplesmente que é preciso pagar a conta ou, num sentido mais específico, que é sempre o fraco, o pobre, o camponês que paga, que sofre os danos, que é enrolado, que está errado. Segundo a etimologia popular, certamente bem fundamentada no caso particular, essa seria a exclamação proferida quando o Estado impõe novos impostos.

produção desses instrumentos), e também porque os instrumentos inteiramente preparados que estão imediatamente à sua disposição, em particular a linguagem corrente e as palavras do senso comum, são, pela filosofia social que veiculam implicitamente, muito desigualmente favoráveis aos seus interesses de acordo com a posição que ocupam na estrutura social.

Eis por que a história social das representações sociais do mundo social faz parte dos pré-requisitos críticos da ciência do mundo social que veicula, em particular nas oposições que implementa (*Gemeinschaft / Gesellschaft, folk / urban* etc.) para pensar o mundo social ou nas divisões de acordo com as quais se organiza (sociologia rural e sociologia urbana etc.), toda a filosofia social inscrita nas oposições mais correntes da experiência diária do mundo social (cidade/campo, rural/urbano etc.). O inconsciente, dizia mais ou menos Durkheim, é a história: não há outra maneira de se apropriar completamente de seu próprio pensamento sobre o mundo social a não ser reconstituindo a gênese social dos conceitos, produtos históricos das lutas históricas que a amnésia da gênese eterniza e reifica. A história social ou a sociologia histórica não valeria (talvez) uma hora de esforço se não se inspirasse nessa intenção de reapropriação do pensamento científico por ele mesmo que é constitutiva da intenção científica mais atual e mais ativa².

Essa sociologia histórica dos esquemas de pensamento e de percepção do mundo social se opõe, tanto em suas intenções quanto em seus métodos, às diferentes variantes contemporâneas da história das ideias e em particular àquela que se dá ares de radicalismo crítico matando adversários mortos e enterrados. "É muito fácil", dizia Engels, "opor-se com fórmulas gerais à escravidão e outras coisas semelhantes, e despejar sobre tal infância uma ira moral superior. Infelizmente isso não é mais do que afirmar aquilo que todo mundo já sabe, a saber, que essas instituições antigas não correspondem mais às nossas condições atuais nem aos sentimentos que essas condições provocam em nós. Mas isso não nos ensina nada sobre como essas instituições

2. Isso significa que quando ela se transforma em uma acumulação positivista de informações mais ou menos anedóticas sobre os especialistas do passado, sem qualquer referência às obras que eles produziram, a história social das ciências sociais é quase totalmente desprovida de interesse.

surgiram, as causas pelas quais sobreviveram e o papel que desempenharam na história". Incapaz de recuperar as *necessidades* que conferem às instituições e às condutas sua *necessidade* histórica, a "pesquisa" histórica, que deveria fornecer os meios de rastrear o inconsciente de classe, fornece-lhe uma máscara que se torna de resto bastante transparente quando, por exemplo, ouve-se demonstrar que a Escola, essa invenção de padres e pastores, aperfeiçoada por pequeno-burgueses, funciona graças a pequeno-burgueses representativos para transformar os operários em burgueses mais burgueses do que os burgueses³. O que, nesse caso como em outros, torna possível e, independentemente do que se possa pensar, *necessária* a indignação burguesa relativamente aos pequeno-burgueses e aos proletários que eles aburguesam com suas escolas ou seus sindicatos é, além das disposições do *habitus* burguês, a *ignorância* das condições sociais de produção dos agentes e das instituições que eles fazem funcionar ou, mais precisamente, a indiferença às formas específicas de que se reveste a *exploração* nas diferentes categorias de explorados e muito especialmente entre os pequeno-burgueses cuja alienação específica reside no fato de que eles são, com frequência, levados a se fazer cúmplices a um só tempo compelidos e aquiescentes da exploração dos outros e deles mesmos⁴.

3. F. Engels, *Anti-Dühring*, Paris, Éditions sociales, 1971, pp. 213-214. Poder-se-ia ter citado também A. Gramsci, *Chetures choisies*, Paris, Éditions sociales, 1959, pp. 153-155.

4. Cf. A. Querrien, *Généalogie des équipements collectifs, les équipements de normalisation, l'école primaire*, Paris, CERF, 1975. Os que achem o "resumo" sumário (ou "primário" ...) poderão se dirigir às páginas III e 135, para o retrato do professor primário como escrevinhador emburrecido pelo preenchimento dos registros ou como pequeno-burguês onanista e sadomasoquista, e às páginas 140 e 145 para a aula de *savoir-vivre* burguês aos professores primários pequeno-burgueses e seus sonhos de poder.

5. A própria intenção de recuperar as *razões de ser*, além de ser excluída pelo desprezo de classe, pressupõe algo bem diferente do que a consulta de alguns textos pitorescos encontrados por acaso nos catálogos da Biblioteca Nacional. Basta saber a que custo os historiadores (cf. J. Ozouf, *Nous les maîtres d'écoles*, Paris, Gallimard; Julliard, 1967, e F. Furet e J. Ozouf, *Lire et écriture*, 2 vol., Paris, Éditions de Minuit, 1978) puderam responder em *passant* (p. 151) a uma pergunta tão peremptória para se convencer de que, como em Jean-Baptiste de la Salle e Freinet segundo Anne Querrien, a inovação é, em Anne Querrien e em todos os autores da mesma linha, "o produto da vontade de não se cansar" (p. 145).

Assim, as histórias que apavoram as avós burguesas tornam-se a história de dormir em pé das garotas em ruptura (de contrato) com a burguesia. Mas isso não é tudo: a indignação retrospectiva é também uma maneira de justificar o presente. Com efeito, ao denunciar, como faz outro autor⁶, as maneiras brutais na era das maneiras suaves, a caridosa senhora que lia o barão de Gérando na era da assistente social que cita o seu Lacan, essa história liberada (do trabalho de pesquisa histórica) contribui para legitimar o estado mais recente das instituições de dominação que devem a parte mais específica de sua eficácia ao fato de permanecerem profundamente desconhecidas – entre outros motivos, porque elas se definem precisamente contra a retaguarda “ultrapassada”⁷.

Para que a história social tenha o valor de uma psicanálise do espírito científico e da consciência social, é preciso que ela reconstrua completamente,

6. J. Donzelot, *La Police des familles*, Paris, Éditions de Minuit, 1977.
7. “E naturalmente, como no passado, é sobre as famílias operárias, as famílias ‘sem recursos’, que elas vão exercer sua obra missionária na propagação dessas novas normas que as fazem viver tão bem. A ‘liberdade sexual’, o controle da natalidade, as exigências relacionais, a psicopedagogia serão difundidos seguindo as mesmas modalidades, segundo o mesmo intervencionismo tecnocrático que no passado foi usado para vender a poupança e a escolarização: o incentivo promocional e a consequente culpabilização das famílias, que, por causa de sua resistência, comprometem as chances de seus membros. No lançamento do Planejamento Familiar ecoa um discurso velho de mais de dois séculos [...]” (grifos nossos) (J. Donzelot, *op. cit.*, pp. 199-200). Essa história reúne, num relance, todas as condições de um alto rendimento simbólico no mercado dos produtos culturais: o vai e vem incessante entre as alusões cúmplices do presente – capazes de produzir o efeito de “grande crítica” – e as referências desarticuladas e descontextualizadas ao passado – feitas para dar as aparências da “grande cultura” – e o *chasse-croisé* de exigências resultante disso dispensam a um só tempo qualquer pesquisa sistemática sobre o presente – que só faria retirar do discurso sua elevação filosófica – e toda pesquisa de fôlego sobre o passado – que, recolocando as instituições e as práticas no sistema no qual recebem seu sentido e sua necessidade sociológica, constituiria o passado como passado e anularia o objeto de indignação retrospectiva. E, para fundamentar o sobrevoos objetivista que elimina completamente o estudo dos agentes e as pesquisas às vezes intermináveis que ele impõe, basta confiar nesse tipo de finalismo do pior que reduz a história ao devir quase mecânico de instâncias atemporais e impessoais com nomes alegóricos: “Em suma, tentar compreender o efeito socialmente decisivo do trabalho social [também conhecido como ‘assistencial’] a partir do agenciamento estratégico das três instâncias que o compõem, o judiciário, o psiquiátrico e o educativo” (J. Donzelot, *op. cit.*, pp. 93-94).

isto é, por meio de um trabalho a rigor interminável, as condições sociais de produção das categorias sociais de percepção e de representação do mundo natural ou social, que podem estar no princípio da própria *realidade* desse mundo quando, transformada em quadro artisticamente construído e em paisagem arquitetonicamente arranjada, a natureza impõe ela mesma as normas de sua própria percepção e de sua própria apropriação, e a perspectiva deixa de ser o ponto de vista ordenador do mundo para se tornar a própria ordem do mundo. O mérito do belo livro de Raymond Williams, *The Country and the City*⁸, é lembrar não apenas que a percepção do próprio mundo natural não tem nada de natural – o que se sabe há tempos, particularmente graças à verdadeira genealogia social das categorias de percepção do mundo natural que nos foi dada por Erwin Panofsky⁹ –, mas também que ela é indissociável de uma relação com o mundo social; que o ponto de vista sobre o mundo natural e, *a fortiori*, sobre o mundo social depende da posição social da qual é adotado. Assim é que a *representação* burguesa do mundo, quer se trate da “paisagem natural” do *landscape gardening*, quer da psicologia aparentemente a-histórica dos romances de Jane Austen e de George Eliot. tais como os analisa Raymond Williams, fornece sob uma forma objetivada a verdade da relação burguesa com o mundo natural e social que, como o olhar distante do passageiro e do turista, produz a paisagem como paisagem, isto é, como *décor*, paisagem sem camponeses, cultivo sem cultivadores, estrutura estruturada sem trabalho estruturante, finalidade sem fim, obra de arte. O mistério do “charme eterno” da arte burguesa desaparece se se vê que tudo aquilo que, na literatura ou na pintura (sem falar da música), funciona como uma *denegação* (no sentido de Freud) das relações sociais, predispõe a obra de arte a ser reativada se não indefinidamente, ao menos enquanto não lhe for pedida outra coisa além daquilo que ela está originalmente predisposta a oferecer, isto é, uma evocação neutralizada do mundo social que fala desse mundo de tal maneira que tudo se passa como se ela não falasse dele.

Dominadas até na produção de sua imagem do mundo social e, conseqüentemente, de sua identidade social, as classes dominadas não falam,

8. R. Williams, *The Country and the City*, Londres, Chatto and Windus, 1973.
9. E. Panofsky, *La Perspective comme forme symbolique*, Paris, Éditions de Minuit, 1975.

fala-se delas. Os dominantes têm, entre outros privilégios, o de controlar sua própria objetivação e a produção de sua própria imagem: não apenas por deterem um poder mais ou menos absoluto sobre aqueles que contribuem diretamente para esse trabalho de objetivação (pintores, escritores, jornalistas etc.); mas também na medida em que têm os meios de prefigurar sua própria objetivação por meio de todo um trabalho de representação, como se dizia antigamente, isto é, por meio de uma teatralização e uma estetização de sua pessoa e de sua conduta que se destinam a manifestar sua condição social e, acima de tudo, a impor a sua representação. Em suma, o dominante é aquele que consegue impor as normas de sua própria percepção, ser percebido como ele se percebe, apropriar-se de sua própria objetivação reduzindo sua verdade objetiva à sua intenção subjetiva. Contrariamente a isso, uma das dimensões fundamentais da alienação reside no fato de que os dominados devem contar com uma verdade objetiva de sua classe que eles não constituíram, com essa *classe para outrem* que se impõe a eles como uma essência, um destino, *fatum*, ou seja, com a força do que é dito com autoridade: incessantemente chamados a ter sobre si o ponto de vista dos outros, a dirigir um olhar e um julgamento de estranhos sobre eles mesmos, estão sempre expostos a ser tornar estranhos a si mesmos, a deixar de ser os sujeitos do julgamento que têm sobre si mesmos, o centro de perspectiva da visão que eles têm de si próprios. Dentre todos os grupos dominados, a classe camponesa, sem dúvida porque ela nunca se deu ou porque nunca foi dado a ela o contradiscurso capaz de constituí-la como sujeito de sua própria verdade, é o exemplo por excelência da classe objeto, obrigada a formar sua própria subjetividade a partir de sua objetivação (no que se aproxima muito das vítimas do racismo). Desses membros de uma classe desprovida do poder de definir sua própria identidade, não se pode nem mesmo dizer que eles são o que são, uma vez que a palavra mais corrente para nomeá-los pode funcionar, aos seus próprios olhos, como um insulto — como o uso de eufemismos, agricultor, proprietário de terras, não permite negar. Diante de uma objetivação que lhes diz o que eles são ou o que devem ser, não têm outra escolha senão adotar a definição (em sua versão menos desfavorável) que lhes é imposta ou definir-se em reação a ela: é significativo que a representação dominante esteja presente até mesmo no discurso dominado, na própria

língua com a qual fala de si e se pensa: o “labrego”, o “capião”, o “caipira”, o “grosseirão”, o “jeca” que fala com um “sotaque regional” tem seu equivalente mais ou menos exato (em bearnês) no *paysan empayssant*, o cor-pulento camponês camponizado, ridicularizado em seus esforços de falar o francês arranhando-o (*francimandéja*), e cujo peso, falta de jeito, ignorância e inadaptação ao mundo citadino fazem dele o herói preferido das histórias engraçadas mais tipicamente camponesas.

A formação de uma identidade fundamentalmente heterônoma, reativa, portanto, às vezes, reacionária, é tanto mais difícil quanto mais as imagens com as quais eles devem contar são elas próprias contraditórias, assim como as funções que aqueles que as produzem as fazem servir. É certo que não se pensa quase nunca os camponeses em si mesmos ou por eles mesmos, e que os próprios discursos que exaltam suas virtudes ou as do campo são sempre apenas uma maneira eufemística ou indireta de falar dos vícios dos operários e da cidade. Como mero pretexto para preconceitos favoráveis ou desfavoráveis, o camponês é objeto de expectativas por definição contraditórias, uma vez que só deve existir no discurso quando conflitos são travados a seu respeito. Assim, hoje, os diferentes setores do campo de produção ideológica lhe propõem simultaneamente as mais incompatíveis imagens de si mesmo. Paradoxo particularmente gritante na ordem da cultura e, sobretudo, da língua em que certas frações dos intelectuais, levados pela lógica de seus interesses específicos, lhes pedem, por exemplo, para voltar às suas línguas vernaculares no momento em que as exigências tácitas dos mercados econômico, matrimonial e escolar exigem, mais brutalmente do que nunca, que eles as abandonem. Mas talvez a contradição seja mais aparente do que real, já que as divisões mais irreduzíveis subjetivamente podem organizarem-se objetivamente em uma divisão do trabalho de dominação: a folclorização, que coloca o camponato no museu e converte os últimos camponeses em guardiões de uma natureza transformada em paisagem para cidadãos, é o acompanhamento necessário da expropriação e da expulsão. São, com efeito, as leis do lucro diferencial, a forma fundamental do lucro de distinção, que atribuem aos camponeses suas *reservas*, onde eles poderão dançar e cantar suas *bourrées* e suas gavotas, para a satisfação dos etnólogos e turistas da cidade, desde que sua existência seja econômica e simbolicamente *rentável*.

Compreende-se que existem provavelmente poucos grupos que mantêm relações menos simples com sua própria identidade, que estão mais condenados, em uma palavra, à "inautenticidade" do que essas pessoas "simples" nas quais todas as tradições conservadoras procuram o modelo da existência "autêntica". Não é de hoje que os camponeses, incessantemente confrontados à dominação inseparavelmente econômica e simbólica da burguesia urbana, não têm outra escolha senão a de representar, para os cidadãos e também para eles próprios, uma ou outra das imagens de camponês, a do camponês respeitoso que faz parte do populismo popular, falando sobre sua terra, sua casa e seus animais com sotaque de redação de escola primária, ou aquela do camponês heideggeriano que pensa ecologicamente, que sabe ir com calma e cultivar o silêncio e que surpreende os residentes secundários por sua profunda sabedoria, vinda não se sabe de onde, ou ainda aquela do camponês camponizado que assume, não sem alguma ironia e desprezo, o papel do "simples", do "capião", do bom selvagem ou mesmo aquele do caçador furtivo, às vezes um pouco feitiço, que impressiona os habitantes da cidade tanto por sua capacidade de descobrir cogumelos ou montar armadilhas quanto por seus talentos de curandeiro ou pelas suas crenças de outra época.

E a constituição da identidade coletiva coloca aos camponeses (*e à ciência social*) problemas que não são mais simples do que aqueles da identidade individual. É conhecida a história exemplar desses camponeses de Bocage que, portadores das mais radicais reivindicações em 1789, forneceram alguns anos mais tarde seus mais ferrenhos partidários à contrarrevolução na Vendéia¹⁰. Obrigados a tomar medidas "contra", primeiro contra o clero e suas propriedades, depois contra a burguesia urbana, grande açambarcadora de terras e de revoluções, os camponeses (aos quais devem ser acrescentadas as frações do mundo rural que representam por assim dizer o seu limite, como os trabalhadores das florestas, antítese absoluta dos habitantes do burgo) parecem fadados a esses combates de retaguarda contra as revoluções que eles às vezes serviram, porque a forma específica de dominação que eles sofrem faz com que eles sejam também desprovidos dos meios de se apropriar do significado

e dos benefícios de sua revolta: sem pretender ver aí invariantes de uma condição camponesa cuja imensa diversidade só é ignorada pela cegueira citadina, o fato é que a estreiteza do campo das relações sociais que, favorecendo a falsa contextualização, dirige muitas vezes erroneamente a revolta, o fechamento do horizonte cultural, a ignorância de todas as formas de organização e de disciplina coletiva, as exigências da luta individual contra a natureza e da concorrência pela posse do solo, e tantos outros traços de suas condições de existência predis põem os camponeses a esse tipo de *individualismo anarquista* que os impede de pensar em si mesmos como membros de uma classe capaz de se mobilizar a fim de impor uma transformação sistemática das relações sociais. É por isso que, mesmo quando desempenham seu papel de *força de revolução*, como em tantas revoluções recentes, eles têm todas as chances de aparecer, cedo ou tarde, como reacionários, por não terem sido capazes de se impor como *força revolucionária*¹¹.

10. P. Bois, *Paysans de l'Ouest, des structures économiques et sociales aux opinions politiques depuis l'époque révolutionnaire*, Paris, Mouton, 1960.

11. Cf. P. Bourdieu, "Une Classe objet", *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 17-18, nov. 1977, pp. 2-5.